



O ensino do jornalismo e as práticas profissionais:

Inscrever teorias manifestas com base epistemológica

*Journalism training and professional practice:
Understanding the manifest theories with an epistemological basis*

https://doi.org/10.14195/2183-6019_3_5

Resumo:

O jornalismo requer observação e pesquisa para o identificar. Requer que seja ultrapassada a indefinição sobre o que é (uma arte, uma profissão, uma ocupação) e sobre quem são os jornalistas (um grupo, uma comunidade).

Importa também mapear a sua formação, desde os seus primórdios até aos diferentes programas de graduação. Determinar quais as matérias nucleares do ensino do jornalismo e em que medida o conjunto de referenciais de competência pode dar forma a um elenco de saberes necessário ao desempenho profissional.

Torna-se necessário entender os mecanismos do jornalismo para o compreender, assim como determinar os quadros teóricos em que o jornalismo opera, as teorias, os métodos e técnicas das ciências sociais mobilizados para representar o mundo. Ações que habilitem o jornalismo com um corpo de saberes e de crítica, que seja reconhecido por quem ensina, por quem aprende, por quem o pratica e pelos públicos a que se destina a informação jornalística.

Palavras-chave: Ensino, jornalismo, profissão, corpo de saberes.

Abstract:

Journalism requires observation and research for his identification. Requires to overcome the lack of definition about what it is (an art, a profession, an occupation) and who are journalists (a group, a community).

It also matters map its formation, from its beginnings to the different degree programs. Determine which are the nuclear subjects of journalism's teaching and in what extent the set of competence frameworks can form a cast of knowledge necessary for professional performance.

It is necessary to understand journalism mechanisms to understand and to determine the theoretical frameworks in which journalism operate, theories, methods and techniques of the social sciences mobilized to represent the world. Actions that enable journalism with a body of knowledge and criticism that is recognized by those who teach it, by the learners, by those who practice it and by the public to whom journalistic information is intended.

Keywords: Education, journalism, profession, body of knowledge.



Perguntar o que é o jornalismo é, a meu ver, um bom ponto de partida para refletir sobre o ensino do jornalismo. A pergunta não traduz, porém, novidade. Foi formulada no decurso dos séculos para explicar a utilidade do jornalismo.

Enrique Aguinaga, catedrático da Universidade Complutense de Madrid, responde à pergunta com uma estória narrada pelo jornalista Henry M. Stanley, que no século XIX se embrenhou pelo continente africano em busca do paradeiro do explorador David Livingstone. Quando o encontrou em 1871, junto ao Lago Tanganica, Livingstone formulou de imediato um pedido: “Dê-me notícias. O que acontece no mundo?” (Aguinaga, 2001, p. 242).

O jornalismo responde à pergunta: o que há de novo? Nelson Traquina também o afirma. “O jornalismo pode ser explicado como sendo a resposta que muita gente faz todos os dias – o que aconteceu/ está acontecendo no mundo?” (Traquina, 2002, p. 10). Todavia, acrescenta ser impossível responder ao que é o jornalismo numa frase ou num livro.

A resposta sobre o que é o jornalismo perdura, mas a sua função é bem mais complexa e nem sempre clara, nem

sempre consensual. Também não se afigura fácil responder à pergunta: o que são ou quem são os jornalistas? E, no entanto, quem faz jornalismo não só nos fala sobre o mundo, como é parte da estrutura que o mantém (Rosen, 2000, p. 285).

Sem abandonar estas duas questões, tão velhas quanto atuais, o que é o jornalismo e quem são os jornalistas, é forçoso enunciar o propósito que esta reflexão induz, que é o de contribuir para esclarecer, alicerçado na experiência, como, porquê e para quê fazer jornalismo e com que ferramentas.

Jornalismo: uma forma de conhecimento

Para responder à questão o que é o jornalismo, opto por desenlaçar a afirmação tautológica de que o jornalismo é o que fazem os jornalistas. Avanço duas respostas possíveis, uma que remete para a natureza do trabalho produzido e a outra para o procedimento que o concretiza.

O sociólogo norte-americano, ex-jornalista, Robert Erza Park equacionou em 1940¹ a dimensão cognitiva

do jornalismo. Postulou que as notícias eram “uma das mais recentes e elementares formas de conhecimento” (Park, 2002, p. 45). Partiu da reflexão de William James que considerava a existência de dois tipos de conhecimento: um “conhecimento de familiaridade” (de senso comum) e um “conhecimento sobre” (o conhecimento científico, formal, racional e sistemático).

Concluiu que o jornalismo produz um outro conhecimento, que lhe é específico. Tem o carácter de um conhecimento focado no presente, um presente especioso². Enquanto forma de conhecimento, as notícias contribuem com “o registo que produzem dos acontecimentos” (Park, 2002, p. 44). Para a sociologia do conhecimento, a questão formulada não reside no critério de validade do conhecimento (a afirmação de um princípio ou facto) mas sim nas “condições de emergência de diferentes tipos de conhecimento” e nas funções que “têm cada um deles” (Park, 2002, p. 45).

¹ Park, 1940.

² No artigo original, “presente especioso” e, na tradução portuguesa, “presente ilusório”.



Flights & Falls © Andrea Innocenzo,
#Ribeira Alcantarilha (1 a 4), 2012

A formulação de Park responde ao que é o jornalismo, mas também ao seu papel. As notícias desempenham para o público as mesmas funções que a percepção para o indivíduo. Logo, mais do que informar, as notícias orientam os indivíduos. E são “o material que torna possível a ação política, enquanto atividade distinta de outras formas de comportamento coletivo” (Park, 2002, p. 41). Qualifica a política como história presente e como participação na sociedade humana. O seu mundo baseia-se na relação orgânica entre vontade e ideia.

Sustenta que o conhecimento produzido pelo jornalismo atinge o público sob “a forma de comunicação, ou seja, notícias.” (Park, 2002, p. 40). Para o concretizar, os jornalistas mobilizam os dois tipos de conhecimento. Convocam o conhecimento de familiaridade que é adquirido por hábito e costume, no qual Park inclui o conhecimento técnico e o resultado da experiência profissional. Mas também incorporam o conhecimento analítico e formal, baseando-se em observações e factos e procedendo à “substituição da realidade concreta por ideias e das coisas por palavras” (Park, 2002, p. 37).

As notícias – essa forma de conhecimento produzido pelos jornalistas – inscrevem o presente e constituem “o material que torna possível a ação política” (Park, 2002, p. 41). Para William James, citado em Field (1983), a apreensão do tempo consiste em quatro partes: “o passado óbvio, o presente especioso (ao qual eu chamo passado recente), o presente real, e o futuro”.

James estatui que, das quatro partes, três são entidades não existentes. Existe apenas o que designa como ficção do tempo especioso, um produto da memória primária. Esta memória garante a sobrevivência do passado imediato no momento presente da experiência, a qual é distinta da memória secundária, que recorda um passado mais distante. O registo do jornalismo é essa construção social, o presente especioso.

Além desta especificidade de inscrição da atualidade, os procedimentos associados à realização do trabalho jornalístico são de diversa ordem e pressupõem uma metodologia. Dois deles são capitais. Se o jornalismo constitui a resposta à pergunta o que há de novo, tal significa que a sua

função é questionar. E é da pergunta que emerge o conhecimento.

Outro procedimento, que concito, reporta-se ao método dialético, concretamente ao contributo de dois autores: a “lei da mudança qualitativa”, de Politzer (1970, p. 57); e a “construção dos objetos da experiência e do conhecimento”, de Gurvitch (1982, p. 12). A ação do jornalista deve traduzir uma mudança qualitativa em relação à experiência imediata, para que a representação do real corresponda à “experiência efetiva”, mediata.

A atividade jornalística deve configurar uma mediação, a passagem de uma qualidade a outra, em que o conhecimento imediato, mediante esferas intermédias, se transforma em conhecimento mediato e numa representação do real mais concreta e consistente.

A experiência entre o imediato e o construído pode ser configurado pelas três ordens da informação jornalística (Cornu, 1999, p. 329) ou pelo vocabulário de precedentes (Traquina, 2002^a)³.

3 Traquina cita Ericson, R. V., Baranek, P. M., and Janet B. L. C. (1987). *Visualizing Deviance: A Study of News Organizations*. Toronto: University.

As três ordens para a construção dos relatos jornalísticos são a observação, a interpretação e a narração. Modelo idêntico aos saberes profissionais que constituem o vocabulário de precedentes: um saber de reconhecimento, um saber de procedimento e um saber de narração. O trabalho de interpretação ou esse outro saber de procedimento devem esclarecer o sentido oculto e aspirar ao conhecimento autêntico.

Enfim, o jornalismo divulga o conhecimento específico que os jornalistas produzem. Representa “uma força dominante na construção pública da experiência comum e um sentido popular do que é real e importante” (Schudson, 2002, p. 13), cujas “notícias são um bem fabricado, o produto de um conjunto de instituições e práticas sociais, econômicas e políticas”.

Jornalistas: uma classificação incerta

A atividade jornalística perdura como uma classificação incerta quer na academia quer nos estudos sobre o jornalismo, em diferentes níveis e em termos internacionais. Todavia,

a essa falta de consenso opõe-se a Classificação Internacional Tipo de Profissões de 2008 (CITP/2008) e também a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010), que seguiu aquela categorização.

Os jornalistas integram-se no grande grupo de Especialistas das Atividades Intelectuais e Científicas, no sub-grande grupo de Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais e no subgrupo de Autores, jornalistas e linguistas como uma profissão. Tal classificação fundamenta-se, desde logo, na conceção de que “uma profissão corresponde ao conjunto de postos de trabalho cujas principais tarefas e funções detêm um elevado grau de afinidade e pressupõe conhecimentos semelhantes” (CPP/2010).

Outro conceito respeita ao nível de competências, o qual, no caso da competência especializada, pondera os conhecimentos requeridos, as ferramentas e máquinas usadas, os materiais trabalhados e os produtos e serviços produzidos. O jornalismo está enquadrado no nível de competências 4, que envolve, designadamente, “a resolução de problemas complexos e a

investigação de domínios específicos” e que exige grau de ensino superior, de acordo com a Classificação Internacional Tipo de Ensino (CITE/ISCED/97).

Na academia, os autores refletem a controvérsia sobre a qualidade do jornalismo, o qual tanto é considerado como “ideologia ocupacional” (Deuze, 2005, p. 444), ocupação ou profissão (Tumber e Prentoulis *apud* Josephi, 2009, p. 47), uma prática “institucional de representação”, de “produção de sentido” e de “produção de conhecimento” (Skinner *et al.*, 2001) e “uma invenção ou uma forma de expressão” (Adam, 1993, p. 11).

Sem acolher esse debate, destaca-se uma outra, a perspectiva de Elihu Katz a propósito da classificação profissional.⁴ Sustenta que o jornalismo é uma profissão autónoma, embora não seja uma profissão liberal. Sugere que, por muito estranho que possa parecer, “o jornalismo responde talvez bastante melhor ao modelo das ciências

4 O artigo “Os jornalistas como cientistas. Notas para uma classificação profissional” foi inicialmente publicado em 1989, em *The American Behavioral Scientist*, vol. 33, 2, 238-246, e, em 2009, em *Questions de communication*, 16, 119-130. E foi colocado em linha em 2012.

aplicadas que ao das profissões liberais” (Katz, 2012).

Admite e compartilha a ideia de que os jornalistas podem ser considerados intrusos no domínio da ciência. Todavia, não exclui a possibilidade de os jornalistas realizarem deduções teóricas e submetê-las a testes empíricos. Apresenta alguns exemplos, nos quais aduz que os jornalistas são detentores de “uma teoria voluntária da ação”, atribuem importância à “ação humana autônoma”, têm “uma teoria sobre a dinâmica dos acontecimentos” e estão preparados para lidar com o inesperado, de forma mais ou menos metódica.

O enunciado de Katz é frutuoso a diversos títulos, desde o mapeamento que faz sobre a acumulação pelos jornalistas de conhecimento sobre o seu domínio até à sugestão de que a “formação universitária em jornalismo deve fazer o seu melhor para que essas teorias latentes” sejam comparadas com atuais teorias da psicologia social e sociologia. Outro autor, G. Stuart Adam, sugere que os “professores do ofício” têm dever semelhante aos professores das disciplinas formais. Devem “construir

um corpo de conhecimento e crítica que represente a voz da experiência jornalística” (Adam, p. 2001).⁵

A comparação entre o jornalismo e as profissões liberais, por um lado, e entre o jornalismo e a ciência, por outro, ilustra a utilidade do exercício, mas sugere também, segundo Katz, a criação de um programa de pesquisa teórica e metodológica para o ensino universitário e de pesquisa em jornalismo e comunicação.

Aguinaga afirma a dimensão científica do jornalismo e confere-lhe a condição de teoria própria, diferenciada da teoria da informação e da teoria da comunicação, desde que em 1984 defendeu a tese de doutoramento sobre a “Epistemologia do exercício jornalístico”. A dimensão científica do jornalismo, que o autor suscita, “situa-se não só no quadro das ciências sociais, mas também no da teoria do conhecimento” (Aguinaga, 2001, p. 243). Funda a sua proposta em princípios enunciados por diferentes autores. Um deles é

Juan Beneyto que criou o neologismo “periodificação”, o qual “consiste em agrupar as ideias e os acontecimentos em parcelas determinadas pela cronologia.” Para Beneyto, o “jornalista é, antes de mais nada, um ordenador de informações e opiniões” (Citado em Aguinaga, 2001, p. 246). O outro é Ángel Benito, que considera a atualidade como uma “invenção” dos jornalistas (Citado em Aguinaga, 2001, p. 252), que recriam os factos para facilitar o seu conhecimento geral.

A resposta dada pelo jornalismo é, segundo afirma, configurada por uma dupla característica: “atua por sinédoque (representando o todo pela parte) e manifesta-se por conjuntos (diferenciando entre ato informativo e ato jornalístico)” (Aguinaga, 2001, p. 243). O sistema científico que preconiza recorre à tabela periódica de Mendeleyev, enquanto sistema de classificação dos elementos em função dos seus pesos atômicos, à tradição da taxonomia representada por Linneo e ao princípio de indeterminação de Heisenberg. As duas primeiras como contributos para a classificação e a terceira para a aplicar à função jornalística enquanto geradora de uma nova

5 As ideias expendidas neste artigo foram anteriormente abordadas por Adam, em “Notes Towards a Definition of Journalism. Understanding an old craft as an art form” (1993).

realidade. “Toda a realidade pelo facto de ser medida é modificada” (Aguinaga, 2001, p. 252).

“Mundo, realidade, atualidade, classificação, importância, seleção e avaliação”, constituem para Aguinaga os sete termos que resumem um repertório de ideias para enunciar uma consideração científica do jornalismo. Na sua perspectiva teórica, “a transformação da informação em conhecimento, operação capital do jornalismo, é em definitivo um modo de ordenação do caos da realidade para que resulte inteligível” (Aguinaga, 2001, p. 250). Aduz que, ao classificar a realidade de modo interpretativo, o jornalismo cria uma nova realidade.

Jornalistas: uma formação inicial sem academia

A abordagem sugerida por Katz e a proposição de Aguinaga suscitam a necessidade de aprofundar o debate a nível do ensino superior, mas que também envolva a organização sindical, que contribuiu para a configuração da profissão, traduzida no conhecimento empírico e na

ação desenvolvida pela exigência da qualificação do jornalismo.⁶

Fernando Cascais traça uma evolução bem documentada das tentativas desenvolvidas pelo Sindicato [Nacional] dos Jornalistas, que reivindicou durante vários anos o ensino do jornalismo e a criação de um instituto superior público. Mas os projetos morreram sempre nas “gavetas do governo” de Salazar e de Caetano (Cascais, 2008).

Apesar do desinteresse e da rejeição do regime, o sindicato organizou o I Curso de Jornalismo, que decorreu entre 22 de novembro de 1968 e 14 de maio de 1969, e apresentou uma proposta de Estruturação do Ensino das Ciências da Informação, que entregou ao ministro da Educação, em 1971, e que contemplava a “formação superior em três domínios: Ciências da Informação, Técnica da Informação, e Cultura para a Informação”. O projeto do Sindicato dos Jornalistas foi, porém, preterido a favor de uma

outra proposta apresentada pelo grupo Quina (um dos principais grupos económicos, detentor de títulos de imprensa), que em novembro de 1972 constituiu a Escola Superior de Meios de Comunicação Social.

O sindicato não soçobrou àquele revés nem abdicou, quer antes quer depois do 25 de Abril, de promover a qualificação do jornalismo e de proceder ao estudo sociográfico dos seus profissionais. No quadro de um protocolo estabelecido entre o ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) – Instituto Universitário de Lisboa e o Sindicato dos Jornalistas (que mais tarde também associou a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista) foram realizados dois inquéritos e um estudo sociográfico.⁷

6 5º Congresso Internacional da Imprensa realizou-se em Lisboa, em setembro de 1898, na Sociedade de Geografia. O jornalista francês Albert Bataille abordou e defendeu a criação de escolas de jornalismo, o que ocorreu em França no ano seguinte, com a fundação da Escola Superior de Jornalismo.

7 O 1º inquérito foi coordenado por José Manuel Paquete de Oliveira e o seu relatório preliminar foi apresentado no 1.º Encontro Nacional de Jornalistas, em 1991. O 2º inquérito foi coordenado por José Luís Garcia e os seus resultados foram apresentados no 3º Congresso dos Jornalistas Portugueses, em 1998. O estudo sociográfico foi coordenado por José Rebelo e decorreu no âmbito do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL. O resultado de trabalho está editado em livro *what-journalists-need-to-know/* .e de Filosofia, Comunicação e sentido de responsabilidade e com empenho. ção de Queirionais: a

Os estudos abordaram a expansão e recomposição social da profissão, a origem social e trajetórias escolares dos jornalistas profissionais, a sua inserção profissional e condições sociais e um estudo de perfis sociológicos e histórias de vida de 47 jornalistas.

O trabalho desenvolvido entre profissionais e academia conduziu a outro resultado que foi proporcionado pela instituição de ensino superior. O Sindicato dos Jornalistas propôs ao ISCTE a criação de um curso de Pós-Graduação em Jornalismo, que se concretizou com a colaboração da Escola Superior de Comunicação Social – IPL. O primeiro curso foi concluído no ano 2000. Participaram nesse curso profissionais, com um currículo relevante, embora sem licenciatura, alguns dos quais prosseguiram os estudos superiores, tendo frequentado um Programa de Doutoramento em Sociologia, de quatro anos, no ISCTE-IUL.⁸

Antes do 25 de Abril, a aprendizagem do jornalismo fazia-se nas redações. A exceção consistiu no I Curso

de Jornalismo (1968-1969), organizado pelo Sindicato. O plano de estudos incluiu as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, História Contemporânea, Correntes Filosóficas Contemporâneas, Direito, Economia, Panorâmica e História da Imprensa – Análise de conteúdo, Panorâmica da Imprensa Estrangeira, Sociologia, Comunicação e os seus Meios, Prática da Comunicação, Técnicas Gráficas e Informática.

A inclinação para a escrita, aquilo que é usual designar-se por vocação, constituía uma das motivações para enveredar pela profissão de jornalista. Mas também havia recrutamentos determinados por outros desígnios, nomeadamente os que se destinavam a enquadrar os meios e a assegurar a propagação da política de informação da ditadura.

Nos anos 60 do século passado, o apelo das letras aproximou jovens dos suplementos juvenis editados por alguns jornais, entre os quais se destacava o *Juvenil*⁹ do vespertino *Diário de Lisboa*¹⁰.

9 Dirigido por Mário Castrim e depois por Alice Vieira.

10 No meu caso, a escrita para imprensa teve início nos suplementos “Claraboia” e “Janela Aberta”, editados pelo semanário *Nóttcias*

Para parte dos seus colaboradores a evolução natural foi a entrada nas redações. E assim surge uma nova geração, em que muitos tinham, pelo menos, frequência universitária.

Fator que teve um significado importante ao aumentar “os recursos cognitivos, estilísticos e culturais disponíveis nas redações” (Correia, 2006). Além disso, “muitos desses jornalistas formaram-se no contexto das lutas estudantis, possuindo um perfil idealista, voluntarista e com uma grande consciência política e social”.

Sabiam escrever, tinham curiosidade e iniciativa e, segundo Correia, concretizavam “ideias de reportagens, entrevistas, experimentando outras formas de escrita”, assim como se aventuravam em novos campos “onde era possível exercer capacidade crítica e interpretativa, nomeadamente através do tratamento (ainda que moderado) das questões sociais e culturais”.

A poesia, o conto, a crónica, o ensaio, a opinião constituiu para muitos deles o ponto de partida. Géneros que cultivaram e desenvolveram em

da Amadora, jornal onde também comecei a carreira profissional.

8 Doutoraram-se até agora Alexandre Manuel (2010), Adelino Gomes (2011), Orlando César (2012) e Diana Andringa (2013).

colaborações na imprensa. A familiaridade com o jornalismo foi adquirida pela leitura da imprensa estrangeira ou de literatura jornalística estrangeira.

Tomaram contacto com os métodos e técnicas, ainda que rudimentares, nas redações e nos serviços no decurso da atividade profissional. Aprenderam na tarimba, aprenderam com os mais velhos, aprenderam com o erro. Ganharam experiência num ambiente que, além dos jornalistas, incorporava os revisores de imprensa e os trabalhadores tipográficos, entre outros. Trabalharam debaixo de vigilância coercitiva da censura (ou censuras) e sob diferentes pressões que se anunciavam, directa ou indirectamente.

Embora cada percurso encerre uma experiência individual, há, no entanto, elementos e fatores de aprendizagem partilhados. Todos aprenderam com a prática e, em diferentes graus, adquiriram saber através da reflexão, obtiveram conhecimento nas interações sociais (com outros jornalistas, com as fontes, nas circunstâncias da ação). Leram o que outros jornalistas escreviam, como narravam, como resolviam os problemas, como introduziam as

citações das fontes, como atribuíam sentido aos acontecimentos.

Havia ainda jornalistas que se destacavam como referências profissionais e humanas, nacionais ou estrangeiros, que contribuía para a criação de uma identidade jornalística, ainda que insípida, e para o sentido de pertença a um grupo mais alargado do que o do meio em que se trabalhava.

Traduzia a emergência de uma ideologia profissional partilhada e representava quer a configuração de uma “comunidade de interpretação” (Cornu, 1999, p. 334) quer a pertença a uma “comunidade interpretativa” (Zelizer, 1992, 1993 e 2004). Ao considerar que o conceito de profissão não explicava cabalmente a ação dos jornalistas, Zelizer buscou uma hipótese alternativa para os procedimentos jornalísticos.

“Estão unidos, enquanto comunidade interpretativa, pelas interpretações coletivas de determinados acontecimentos-chave. O discurso compartilhado que produzem é assim um indicador de como se veem a si próprios como jornalistas” (Zelizer, 1993). O seu posicionamento estrutura

a autoridade cultural de que dispõem e a autoridade enquanto relatores de acontecimentos.

Como formar um jornalista

Zelizer preconiza uma retificação que permita resolver a “indeterminação existencial” (Zelizer, 2009, p. 38) que tem rodeado o ensino do jornalismo. E adota uma posição que considera o jornalismo como um misto de perspectivas académicas, com ligações tanto às humanidades, enquanto “ato de expressão” ou “sistema textual” (Schudson, 2002, p. 13), como às ciências sociais.

Além desta definição, importa também compreender “o jornalismo mais plenamente” e envolver nesse debate aqueles que o ensinam, aqueles que o praticam e aqueles que ensinam a pensar criticamente o significado das suas práticas. Zelizer salienta que a ideia não é nova e que Everett Dennis já a enunciara em 1984 e que tal noção esteve subjacente quer à Iniciativa Carnegie-Knight sobre o Futuro da Educação do Jornalismo quer ao programa europeu Erasmus Mundus em jornalismo e *media*.

Vários autores, vários debates e vários estudos interpelaram o ensino do jornalismo em diferentes partes do mundo. Alude-se aqui a apenas dois. Em 2006, Nora French apresentou um estudo de pequena escala, centrado nos dois principais programas de graduação em jornalismo da Irlanda. Também em 2006, Mark Deuze chega a dez características analíticas, a partir de programas de formação em jornalismo em diferentes partes do mundo.

O estudo de pequena escala de French (2006) procurou obter resposta a uma pergunta de partida: como formar um jornalista? Questão sistematizada em sete perguntas mais específicas, que constituem um roteiro para a abordagem: (1) O que é jornalismo? (2) Qual é o âmbito do trabalho jornalístico? (3) O que é que um jornalista precisa de saber, para desempenhar essa função? (4) Que teoria do jornalismo está disponível ou deve ser desenvolvida para apoiar o ensino profissional desta disciplina? (5) Que tipo de ensino é mais adequado para proporcionar a aprendizagem? Académico ou profissional/ vocacional? (6) Que outras matérias de estudo

podem contribuir para a formação em jornalismo? (7) Qual a articulação entre essas matérias e o tema central do jornalismo?

Embora o ensino e a formação dos jornalistas seja um assunto muito debatido, Deuze (2006) afirma que só raramente é pesquisado. O seu trabalho mapeia algumas das questões mais relevantes sobre a estrutura e a cultura de um programa de formação em jornalismo. Aborda noções filosóficas de motivação e de missão e termina com questões de natureza mais concreta como *curriculum* e pedagogia. Cada categoria é discutida em termos dos desafios, debates e tensões como têm sido sinalizados por educadores e formadores em diferentes partes do mundo.

Na análise a programas de formação em jornalismo em diferentes partes do mundo, constatou que a maioria do trabalho académico tende a concentrar-se quase exclusivamente em questões relativas a matérias curriculares e à literatura que revisita especialmente a questão da legitimidade. Isto é, incidem sobre a forma como é resolvido, em termos curriculares, o equilíbrio entre conhecimento prático e contextual (categoria 8) e sobre a

posição do ensino de jornalismo face à profissão e aos seus públicos (categoria 3).

É descurada a motivação para o ensino do jornalismo (categoria 1); o conjunto de ideias que orientam o ensino do jornalismo (2); em que aspeto (ou aspetos) do jornalismo se baseia o ensino, tais como: *media*, géneros, ou funções do jornalismo na sociedade (4); quais as características ideais dos estudantes (5); o contexto social em que o ensino do jornalismo está alicerçado (6); se o ensino do jornalismo é um agente de socialização ou de individualização (7); se a pedagogia adotada é estrutural ou preferencial (9); e como está o ensino do jornalismo organizado (10).

Os dois instrumentos constituem um plano de trabalho para analisar o jornalismo que se ensina e para proceder a um inquérito sobre a formação no jornalismo. Importa também identificar os procedimentos que adotam os jornalistas, as teorias que convocam (Traquina, 2000 e 2002; Wolf, 2006) e qual o tipo de «estruturas invisíveis» de que se servem para divulgarem o conhecimento específico que produzem (Park, 2002; Ponte, 2004).

Um corpo de conhecimento

A reflexão implica a determinação dos quadros teóricos em que o jornalismo opera, as teorias, os métodos e técnicas das ciências sociais mobilizados para representar o mundo. Uma abordagem crítica ao ensino de jornalismo implica “redefinir o objeto de estudo, afastar-se do ‘jornalismo tal como é praticado’ para a concepção do jornalismo enquanto prática institucional de representação com as suas próprias condições históricas, políticas, económicas e culturais da existência” (Skinner *et al.*, 2001).

As matérias nucleares do ensino do jornalismo podem girar-se a partir do elenco de saberes que o exercício profissional exige e do conjunto de referenciais de competência que a Associação Europeia de Formação em Jornalismo (AEFJ) adotou em 2006¹¹. A declaração é composta por dez competências jornalísticas centrais, cada uma das quais incorpora cinco qualificações. Estas traduzem os

resultados do processo de aprendizagem, enquanto as competências são obtidas ou desenvolvidas durante o processo formativo¹².

Para a AEFJ, as competências representam uma combinação dinâmica de conhecimento, compreensão, aptidões e habilidades. O conclave de educadores e formadores europeus sustenta que a promoção de competências constitui o objeto de programas educacionais, as quais são adquiridas em várias unidades curriculares e avaliadas em diferentes fases.

Nos Estados Unidos da América, o corpo docente do Poynter Institute criou em 1998 um instrumento que designou “pirâmide de competência”. Roy Peter Clark descreve os dez blocos dessa pirâmide, formada por quatro patamares (Clark, 2014), que constituem um roteiro curricular para a

aprendizagem do jornalismo. A base da pirâmide é constituída por quatro blocos (juízo; contar histórias; pensamento crítico e evidência), a que se seguem dois outros patamares (no segundo, audiovisuais, tecnologia e numeracia, e, no terceiro, educação cívica e cultura). O cume da pirâmide é ocupado pela função e propósito do jornalismo.

O autor descreve e caracteriza cada bloco de competências, e indica as respetivas áreas curriculares do conhecimento jornalístico. Clark admite que há algumas questões-chave que continuam por resolver. Salienta que a versatilidade é “uma das virtudes mais importantes do jornalismo contemporâneo”. E embora sustente que o jornalista não precisa de ser um especialista em todas essas áreas, deve, no entanto, estar capacitado para a compreensão de todas as áreas e disciplinas para se guiar no exercício profissional e no diálogo com os pares.

Os contributos de diferentes estudiosos e as experiências já desenvolvidas em latitudes diversas interpelam o ensino do jornalismo e criam condições para uma reflexão que apoie uma mudança qualitativa

¹¹ A Declaração de Tartu foi adotada na reunião da Associação Europeia de Formação em Jornalismo, que decorreu em 10 de junho de 2006, em Tartu, na Estónia. A declaração foi revista em 2013.

¹² Competências (2013): (1) Refletir sobre o papel do jornalismo na sociedade; (2) Encontrar assuntos e ângulos relevantes; (3) Organizar e planear o trabalho jornalístico; (4) Reunir informações rapidamente; (5) Selecionar as informações essenciais; (6) Estruturar a informação de uma forma jornalística; (7) Avaliar e tomar em consideração o trabalho jornalístico; (8) Cooperar numa equipa; (9) Atuar como um jornalista empreendedor; (10) Contribuir para a renovação da profissão.

da formação e, consequentemente, das práticas jornalísticas. Abrem campo para que se evolua de teorias latentes a que o jornalismo recorre para teorias manifestas, que qualifiquem o ensino do jornalismo e as práticas profissionais e lhe garanta uma sólida base epistemológica.

Torna-se necessário conhecer e compreender as condições históricas, políticas, económicas e culturais que caracterizam as práticas jornalísticas em Portugal. Ação que permitirá operar um distanciamento face ao jornalismo tal como é praticado. Em simultâneo, importa criar um programa de pesquisa teórica e metodológica, que tome em consideração a experiência do jornalismo e confira um conhecimento analítico e formal aos atos jornalísticos.

É imperioso determinar as teorias e os procedimentos que são mobilizados nas práticas jornalísticas para (1) representar a realidade, (2) produzir sentido e (3) expressar o conhecimento sobre o mundo social. Em suma, habilitar o jornalismo com um corpo de saberes e de crítica, que seja reconhecido por quem ensina, por quem aprende, por quem o pratica e pelos

públicos a que se destina a informação jornalística.

Bibliografia

- Adam, G. S. (2001). The education of journalists. In *Journalism*, 2(3), 315–339.
- Adam, G. S. (1993). *Notes Towards a Definition of Journalism. Understanding an old craft as an art form*. St. Petersburg (Florida): The Poynter Institute for Media Studies.
- Aguinaga, E. (2001). Hacia una teoría del periodismo. In *Estudios sobre el mensaje periodístico*, 7, 241-255.
- Cascais, F. (2008). Ensino do jornalismo em Portugal. História de um fracasso dos jornalistas. In *Revista Media & Jornalismo*, 8 (13).
- Clark, R. P. (2014). The Pyramid of Journalism Competence: what journalists need to know. In *Poynter Media News*. Acedido a 24 de novembro de 2014, em <http://www.poynter.org/how-tos/journalism-education/251048/the-pyramid-of-journalism-competence-what-journalists-need-to-know/>.
- Cornu, D. (1999). *Jornalismo e Verdade – Para uma Ética da Informação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Correia, F. & Baptista, C. (2006). Anos 60: um período de viragem no jornalismo português. In *Media & Jornalismo*, 9, 23-39.
- Deuze, M. (2006). Global Journalism Education. A conceptual approach”. In *Journalism Studies*, 7 (1), 19-34.
- Deuze, M. (2005). What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. In *Journalism*, 6, 442-464.
- Field, R. W. (1983). William James and the Epochal Theory of Time. In *Process Studies* 13 (4), 260-274.
- French, N. (2006). Competing Discourses on Journalism Education. In *Journalism Studies Commons*. Cairo: Professional Education Section, International Association for Median and Communications Research. Acedido a 4 dezembro de 2015, em <http://arrow.dit.ie/aaschmedart>.
- Gurvitch, G. (1982). *Dialética e Sociologia* (2ª ed). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Hunter, M. L. et al. (2009). *Story-Based Inquiry: A manual for investigative journalists*. Paris: UNESCO.



- Joseph, B. (2009). Journalism Education. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch, (eds). *The Handbook of Journalism Studies*. Nova Iorque e Londres: Routledge, parte I, 42-56.
- Katz, Elihu (2012). Les journalistes comme scientifiques. In *Questions de Communication*, 16. Acedido a 12 setembro de 2014, em <http://questionsdecommunication.revues.org/345>.
- Park, R. E. (2002). As notícias como uma forma de conhecimento: Um capítulo na sociologia do conhecimento. In J. P. Esteves (org.), *Comunicação e Sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte, 35-48.
- Park, R. E. (1940). News as a Form of Knowledge in the Sociology of Knowledge. In *The American Journal of Sociology*, 45 (5).
- Rosen, J. (2000). *What Are journalists For?* New Haven e Londres: Yale University Press.
- Poltzer, G. (1970). *Princípios Fundamentais de Filosofia*. São Paulo: Hemus – Livraria Editora.
- Ponte, C. (2004). *Leituras das Notícias: Contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rebelo, J. (Coord.) (2011). *Ser Jornalista em Portugal: Perfis sociológicos*. Lisboa: Gradiva.
- Schudson, M.I (2002). *The Sociology of News*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company.
- Skinner, D., Gasher, M. J. & Compton, J. (2001). Putting theory to practice. A critical approach to journalism studies. In *Journalism*, 2 (3): 341–360.
- Traquina, N. (2002). *O Que É Jornalismo*. Lisboa: Quimera Editores.
- Traquina, N. (2002^a). Uma comunidade interpretativa transnacional: a tribo jornalística. In *Media & Jornalismo*, 1, (1), 45-64.
- Traquina, N. (2000). *O Poder do Jornalismo - Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Wolf, M. (2006). *Teorias da Comunicação* (6^a ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Zelizer, B. (2009). Journalism and the Academy. In K. WAHL-JORGENSEN & Hanitzsch, T. (Eds). *The Handbook of Journalism Studies*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 29-41.
- Zelizer, B. (2004). *Taking Journalism Seriously: News and the Academy*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Zelizer, B. (2000). Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. In *Revista Comunicação e Linguagens*, 27, 33-61.
- Zelizer, B. (1993). Journalists as Interpretive Communities. In *Critical Studies in Mass Communication*, 10 (3), 219-237.
- Zelizer, B. (1992). *Covering the body: The Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago: The University of Chicago Press.